

Infraestrutura Brasil

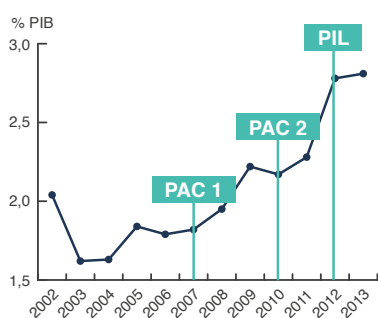
Ministério da Fazenda
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Ano 1 Número 1 | 18 junho 2015

Sumário

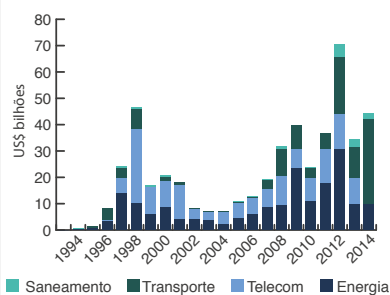
- 1 Nova etapa do Programa de Investimentos em Logística
- 2 Investimentos do novo Programa por setor
- 3 Modelo de financiamento
- 3 Outros investimentos em infraestrutura
- 4 Debêntures de infraestrutura
- 5 Acompanhamento de PMIs
- 6 Agenda regulatória
- 6 Notícias recentes

Gráfico 1 – O investimento em infraestrutura/PIB tem crescido



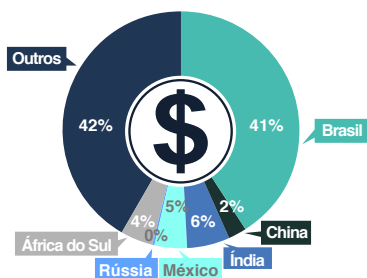
Fonte: Seae/MF

Gráfico 2 – Investimento total contratado em infraestrutura - Brasil



Fonte: PPI/Banco Mundial

Gráfico 3 – Investimento total contratado em infraestrutura com participação privada - 2014 - Países em desenvolvimento



Fonte: PPI/Banco Mundial

Nova etapa do Programa de Investimentos em Logística

O governo brasileiro lançou na terça, 9 de junho, a nova etapa do Programa de Investimentos em Logística - PIL, com o objetivo de ampliar os aportes em infraestrutura, aumentar a competitividade da economia e melhorar as condições de transporte. O Programa detalhou os projetos e as condições de financiamento e apresentou as linhas gerais dos modelos de concessão.

Estão previstos investimentos totais de R\$ 198,4 bilhões, dos quais R\$ 66,1 bilhões em rodovias, R\$ 86,4 bilhões em ferrovias, R\$ 37,4 bilhões em portos e R\$ 8,5 bilhões em aeroportos (tabela 1). Desse total, cerca de R\$ 69,2 bilhões deverão ser investidos entre 2015 e 2018. O novo Programa permitirá elevar o investimento em infraestrutura em relação ao PIB, fortalecendo uma tendência (gráfico 1) verificada nos últimos sete anos após o PAC 1 (2007), PAC 2 (2010) e PIL (2012).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continuará a ter papel relevante no financiamento do novo Programa. Uma das novidades, no entanto, é o estímulo à expansão do crédito privado e do mercado de capitais, com a emissão de debêntures de infraestrutura, garantindo maior acesso ao financiamento público do BNDES referenciado em TJLP.

O novo PIL enfatiza a participação da iniciativa privada e estabelece diretrizes claras para a redução do risco regulatório e a segurança jurídica dos investimentos. Haverá mais coordenação entre o setor público e o setor privado, garantindo maior previsibilidade regulatória e incentivando a utilização de debêntures de infraestrutura no financiamento dos projetos.

Os projetos foram escolhidos para permitir a participação de mais interessados: o tamanho médio dos trechos rodoviários agora é de cerca de 400 km. As estimativas de taxa interna de retorno (TIR) serão baseadas no risco e nos custos financeiros de cada empreendimento.

O Brasil possui um histórico importante de participação privada em investimentos de infraestrutura (gráfico 2) e se destaca entre os países em desenvolvimento, tendo sido responsável por 41% do investimento contratado em 2014 (gráfico 3).

Tabela 1 – Investimentos previstos

Em R\$ bi

 Rodovias	5 leilões em 2015 (2.603 km)	19,6
	11 leilões em 2016 (4.371 km)	31,2
	Novos investimentos em concessões atuais	15,3
 Ferrovias	Norte-Sul (Palmas-Anápolis e Barcarena-Açailândia)	7,8
	Norte-Sul (Anápolis-Estrela D'Oeste-Três Lagoas)	4,9
	Lucas do Rio Verde-Miritituba (PMI)	9,9
	Audiência pública Rio-Vitória	7,8
	Bioceânica (trecho brasileiro)	40
Novos investimentos em concessões atuais	16	
 Portos	Autorizações para TUPs (63)	14,7
	Novos arrendamentos (50)	11,9
	Renovações antecipadas de arrendamentos (24)	10,8
 Aeroportos	Porto Alegre	2,5
	Salvador	3,0
	Florianópolis	1,1
	Fortaleza	1,8
	Aeroportos regionais delegados	0,1
Total		198,4

Fonte: Governo Federal

Investimentos do novo Programa por setor



5 leilões em 2015 e 11 em 2016 (total de 6.974 km). Trechos médios de 400 km, permitindo a participação de empresas de médio porte

As concessões de **rodovias** continuarão a ser realizadas por meio de leilões pela menor tarifa. O tamanho médio dos trechos é de 400 km, o que facilita a participação de empresas de menor porte. Os trechos com projetos iniciados em 2014 que serão licitados em 2015 são (exceto a ponte Rio-Niterói, licitada em março de 2015):

- BR 163/MT/PA (Sinop/MT – Miritituba/PA);
- BR-476/153/282/480/PR/SC (Lapa/PR – Chapecó/SC);
- BR-364/060/MT/GO (Rondonópolis/MT-Goiânia/GO); e
- BR-364/GO/MG (Jataí/GO-BR-153/MG).

Os 11 novos trechos que serão licitados em 2016 totalizam mais 4.376 km e R\$ 31,2 bilhões em investimentos.



Modelo ferroviário: integração vertical com fortalecimento do direito de acesso

Para as **ferrovias** está previsto o modelo de integração vertical, com a modelagem da concessão podendo ser estruturada com o pagamento de outorga. Será fortalecido o direito de passagem e enfatizada a integração da malha ferroviária.

Estão previstas inicialmente as licitações dos trechos da Norte-Sul entre Palmas/TO-Anápolis/GO e Barcarena/MA-Açailândia/PA, com 1.430 km e *capex* estimado de R\$ 7,8 bilhões, e do trecho entre Anápolis/GO-Estrela D'Oeste/SP-Três Lagoas/MS, com 895 km e *capex* estimado de R\$ 4,9 bilhões.

No 2º semestre de 2015 ocorrerá a audiência pública para o trecho Rio de Janeiro/RJ – Vitória/ES (*capex* de R\$ 7,8 bi). Estão previstos novos investimentos em ferrovias já concedidas, a entrega de estudos (PMIs) para novas ferrovias, e estão sendo definidas diretrizes e prazos para os estudos da ferrovia Bioceânica, que ligará Campinorte/GO ao oceano Pacífico (3,5 mil km e *capex* estimado de R\$ 40 bilhões).



Leilão por maior outorga para 50 novos arrendamentos portuários. Previsão de renovações antecipadas de 24 áreas. Autorizações para 63 novos TUPs

O Programa prevê a continuação das autorizações para construção de TUPs: previsão de 63 novas autorizações em 2015 (investimento de R\$ 14,7 bilhões).

Os arrendamentos **portuários** existentes, cuja lei permite a prorrogação antecipada, passarão por análise da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para que os planos de investimentos – estimados em cerca de R\$ 10,8 bilhões – sejam iniciados.

A licitação de novos arrendamentos (blocos 1 e 2) gerará mais R\$ 11,9 bilhões em investimentos, com a concessão de 50 áreas portuárias (arrendamentos) localizadas em portos públicos, sendo que os leilões poderão ser feitos sob o critério de maior outorga.



4 aeroportos com movimentação total de 27,8 milhões de passageiros em 2014

Estão previstas inicialmente as licitações para concessão dos **aeroportos** de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza, com movimentação total de 27,8 milhões de passageiros em 2014, assim distribuídos:

- Salvador/BA: 9,2 milhões/ano;
- Porto Alegre/RS: 8,5 milhões/ano;
- Fortaleza/CE: 6,5 milhões/ano;
- Florianópolis/SC: 3,6 milhões/ano.

As concessões trarão a experiência de operadores internacionais, melhorando a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária. A reestruturação e a modernização da Infraero, bem como as concessões de sete aeroportos regionais delegados, também são metas incorporadas ao Programa.


Modelo de financiamento

O BNDES terá papel relevante no financiamento do novo Programa. Uma das novidades, no entanto, é o estímulo à expansão do crédito privado e do mercado de capitais, com a emissão de debêntures de infraestrutura garantindo maior acesso ao financiamento público do BNDES referenciado em TJLP.

Haverá ainda financiamento do BNDES com diferentes condições e previsão de utilização de recursos próprios dos concessionários (*equity* e geração de caixa).


As tabelas abaixo mostram as condições previstas para rodovias (tabela 2.1), ferrovias (tabela 2.2), portos (tabela 2.3) e aeroportos (tabela 2.4). Para rodovias, por exemplo, o BNDES poderá financiar com recursos vinculados à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) até 35% do investimento, caso o concessionário não emita debêntures, e até 45% do investimento caso o concessionário emita debêntures para financiar entre 10% e 25% do projeto. O restante do financiamento viria de outras fontes de captação do BNDES e de capital próprio do concessionário (*equity* e geração de caixa).

Tabela 2.1

 Rodovias	Sem debêntures	Com mínimo (10%) debêntures	Com máximo (25%) debêntures
BNDES TJLP + 1,5% a.a. + risco de crédito	35%	45%	45%
BNDES outras fontes + 1,5% a.a. + risco de crédito	35%	15%	0%
Debêntures de infraestrutura	0%	10%	25%
<i>Equity</i> + geração de caixa	30%	30%	30%


Fonte: Governo Federal

Tabela 2.2

 Ferrovias	Sem debêntures	Com 20% de debêntures
BNDES TJLP + 1,5% a.a. + risco de crédito	70%	70%
BNDES outras fontes + 1,5% a.a. + risco de crédito	20%	0%
Debêntures e outros investimentos privados	0%	20%
<i>Equity</i> + geração de caixa	10%	10%


Fonte: Governo Federal

Tabela 2.3

 Portos	Sem debêntures	Com mínimo (10%) debêntures	Com máximo (35%) debêntures
BNDES TJLP + 1,5% a.a. + risco de crédito	25%	35%	35%
BNDES outras fontes + 1,5% a.a. + risco de crédito	45%	25%	0%
Debêntures de infraestrutura	0%	10%	35%
<i>Equity</i> + geração de caixa	30%	30%	30%

Fonte: Governo Federal

Tabela 2.4

 Aeroportos	Sem debêntures	Com mínimo (15%) debêntures	Com máximo (35%) debêntures
BNDES TJLP + 1,5% a.a. + risco de crédito	15%	30%	35%
BNDES outras fontes + 1,5% a.a. + risco de crédito	55%	25%	0%
Debêntures de infraestrutura	0%	15%	35%
<i>Equity</i> + geração de caixa	30%	30%	30%

Fonte: Governo Federal

Outros investimentos em infraestrutura

Além dos números anunciados no novo plano, estão previstos para os próximos 12 meses novas licitações para investimentos em mobilidade urbana, energia e telecomunicações.

Para energia, prevê-se a licitação de oito usinas de geração e de 8.479 km de linhas de transmissão, além de subestações. Já a 13ª rodada de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural, prevista para 7 de outubro de 2015, contemplará 269 blocos, dos quais 185 blocos terrestres (*onshore*) e 84 blocos marítimos (*offshore*) em dez estados brasileiros. O edital do gasoduto de Guapimirim-COMPERJ (entre Itaboraí/RJ e Guapimirim/RJ) está em consulta pública. O gráfico 4 mostra a distribuição do investimento esperado em energia para contratação em 2015, excluindo as atividades de exploração e refino de petróleo e gás.

Em 2015 e 2016 vencerão 40 concessões de distribuição de energia elétrica. O Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015, determinou a prorrogação destes contratos mediante o cumprimento de metas de qualidade e de eficiência de gestão. Neste contexto, o Governo estuda a possibilidade de vender o controle acionário de algumas distribuidoras do Grupo Eletrobrás que estejam no Programa Nacional de Desestatização, como, por exemplo, a Celg.

Está em análise pela Anatel uma proposta de licitação de novas autorizações para frequências de 2,5 GHz e 1,8 GHz, faixas utilizadas para banda larga móvel de 4ª geração (4G). A licitação deverá ocorrer em lotes por cidades.

Já a mobilidade urbana será contemplada com licitações para PPPs em linhas dos metrô de Porto Alegre e de Curitiba, e dos monotrilhos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O gráfico 5 mostra a distribuição do investimento esperado em mobilidade urbana para contratação em 2015.

Gráfico 4 – Previsões de investimentos em energia para licitação em 2015 - exceto petróleo (R\$ milhões)

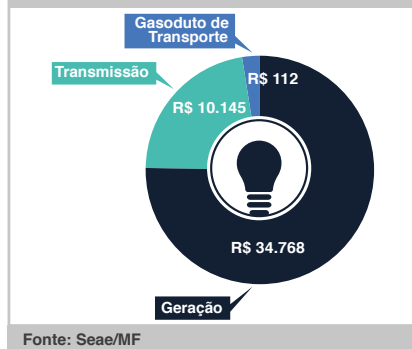
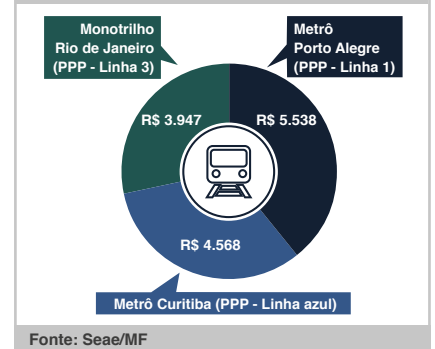


Gráfico 5 – Previsões de investimentos em mobilidade urbana para licitação em 2015 (R\$ milhões)



Debêntures de infraestrutura

✳ As debêntures vinculadas a investimentos em infraestrutura estão referidas no artigo 2º da Lei nº 12.431/2011 e deverão financiar investimentos em infraestrutura ou em produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Para isso contam com isenção de imposto de renda para pessoas físicas residentes e redução de dez pontos percentuais para pessoas jurídicas locais. Não-residentes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, estão isentos de imposto de renda e IOF quando investirem em debêntures que financiem qualquer investimento (art. 1º da Lei nº 12.431/2011).

Desde 2012 o volume de emissão anual das debêntures incentivadas situa-se acima de R\$ 4 bilhões. (tabela 3). Tais títulos podem ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400/2003, bem como de oferta pública de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (nesse caso podem participar até 50 investidores qualificados). Ressalte-se que a quantidade de emissões tem aumentado a cada ano. O gráfico 6 mostra que as debêntures incentivadas de infraestrutura emitidas entre 2012 e abril de 2015 possuem prazo médio de dez anos.

A maior parte dos investidores de debêntures incentivadas são pessoas jurídicas ou investidores institucionais locais, e o segundo maior grupo é composto por pessoas físicas locais (gráfico 7).

Gráfico 6 – Infraestrutura por série emitida (em anos) – Art. 2º Lei nº 12.431/2011 – 2012 a 2015 (abr)

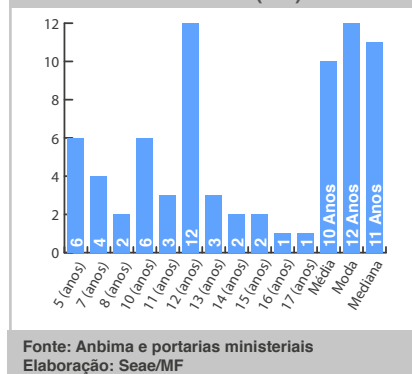


Gráfico 7 – Resumo da distribuição das debêntures de Infraestrutura

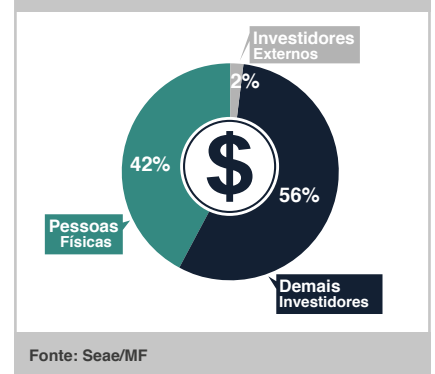


Tabela 3 – Volume das Debêntures Incentivadas – 2012 a 2015 (abr)

Debêntures Incentivadas	Volume em R\$ milhões – Lei nº 12.431/2011				Volume total emitido
	2012	2013	2014	2015	
Distribuição ICVM 400	515,00	3.411,82	2.755,90	871,70	7.554,42
Distribuição ICVM 476	3.519,00	2.703,70	2.254,05	440,00	8.916,75
Total	4.034,00	6.115,52	5.009,95	1.311,70	16.471,17
Artigo 1º - 12.431/2011	2.914,00	2.118,73	0,00	0,00	5.032,73
Artigo 2º - 12.431/2011	1.120,00	3.996,79	5.009,95	1.311,70	11.438,44
Total	4.034,00	6.115,52	5.009,95	1.311,70	16.471,17

Fonte: Anbima e portarias ministeriais. Elaboração: Seae/MF

Tabela 4 – Quantidade de emissões das debêntures incentivadas – 2012 a 2015 (abr)

Debêntures incentivadas	Volume em R\$ Milhões Lei nº 12.431/2011				Quantidade total
	2012	2013	2014	2015	
Distribuição ICVM 400	2	6	5	3	16
Distribuição ICVM 476	7	8	15	2	32
Total	9	14	20	5	48
Artigo 1º - 12.431/2011	4	5	0	0	9
Artigo 2º - 12.431/2011	5	9	20	5	39
Total	9	14	20	5	48

Fonte: Anbima e portarias ministeriais. Elaboração: Seae/MF

Acompanhamento de PMIs

Situação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMIs

Por meio de PMIs as empresas privadas interessadas realizam estudos de viabilidade técnica e econômica de projetos indicados pelo Poder Público. Os quadros abaixo mostram as empresas que se credenciaram para tais estudos após a publicação, no 1º semestre de 2014, dos editais de chamamento público.

Os PMIs em andamento para rodovias (tabela 5) já tiveram seus estudos entregues. Estão em curso PMIs para ferrovias (tabela 6) cuja previsão de entrega é para o segundo semestre de 2015.

Tabela 5 – PMIs em andamento para rodovias

Empresas participantes	BR-101/RJ (Ponte Rio-Niterói)	BR-163/MT/PA	BR-364/GO/MG	BR-364/060/GO/MT	BR-476/153/480/282/SC/PR
CCR	Estudo Escolhido				
Ecorodovias		Entregou Estudos		Entregou Estudos	
EGP					Entregou Estudos
J. Malucelli e Concesolo					Estudo Escolhido
Odebrecht Transport		Entregou Estudos		Entregou Estudos	
Planos Engenharia	Entregou Estudos				
Planos Engenharia e Triunfo Participações					Entregou Estudos
Planos Engenharia e EGP			Entregou Estudos	Entregou Estudos	

Fonte: Ministério dos Transportes

Estudo Escolhido Entregou Estudos

Tabela 6 – PMIs em andamento para ferrovias

Empresas participantes	EF-151 Açailândia-Barcarena	EF Estrela D'Oeste-Dourados	EF-354 Sapezal-Porto Velho	EF-170 Sinop-Miritituba
CREEC - China Railway			Em Estudos	
Estação da Luz Participações				Em Estudos
EPC Engenharia	Em Estudos	Em Estudos		
Galvão Engenharia/ Mendes Junior		Em Estudos		
ISOLUX / ISOLUX CORSAN	Em Estudos			
ITB / CONTÉCNICA / LHB	Em Estudos	Em Estudos		
Norsk Hydro Brasil / ATOC - Tocantins	Em Estudos			
PROGEN / J&F / Concremat		Em Estudos		
Triunfo Participações / Planos Engenharia / ITALFERR SPA / Companhia Brasileira de Alumínio / TECNIC	Em Estudos			
Urbaniza Engenharia	Em Estudos	Em Estudos		
UTC / CONSTAN				Em Estudos

Fonte: Ministério dos Transportes

Em Estudos

Agenda regulatória

Consultas públicas abertas

A tabela 7 mostra as consultas públicas abertas para contribuição que tratam de regulação de infraestrutura. As agências reguladoras brasileiras realizam tais consultas rotineiramente e há ampla publicidade e abertura para manifestação. A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, exercendo sua atribuição legal em advocacia da concorrência, se manifesta em todas as consultas que possam ter algum tipo de impacto concorrencial.

Tabela 7

Agência	Nº	Tema	Data de abertura	Data de encer.
Aneel	AP 32/2015	Discussão conceitual do "Generation Scaling Factor" (GSF)	28/05/15	26/06/15
ANP	AP 11/2015	Prazos e procedimentos que deverão ser observados na medição de fluido multifásico para apropriação de petróleo, gás natural e água	29/05/15	26/06/15
Aneel	AP 34/2015	Leilão nº 08/2015- 1º Leilão de Energia de Reserva de 2015 (solar)	03/06/15	03/07/15
Aneel	AP 36/2015	Autorização para comercializar energia no Sistema Interligado Nacional - SIN	03/06/15	03/07/15
ANP	AP 37/2015	Regime de Segurança de Sistemas Submarinos	05/06/15	03/07/15
ANA	AP 4/2015	Guia de Orientação e Formulários para Inspeções de Segurança de Barragem	18/05/15	17/07/15
ANA	AP 5/2015	Guia de Revisão Periódica de Segurança de Barragem	18/05/15	17/07/15
ANA	AP 6/2015	Guia de Orientação e Formulários dos Planos de Ação de Emergência	18/05/15	17/07/15
Aneel	AP 20/2015	Sistema Interligado Nacional - SIN	16/04/15	07/08/15
Aneel	AP 37/2015	Acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora	05/06/15	04/09/15
ANTT	TS 04/2015	Metas de produção por trecho e metas de segurança para as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas	22/05/15	22/06/15

Fonte: Seae/MF

Notícias recentes

- A Secretaria de Aviação Civil (SAC) publicou no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2015, o edital de chamamento público nº 01 para apresentação de projetos para a concessão de 4 aeroportos internacionais (tabela 8). A data limite para o recebimento dos requerimentos das empresas interessadas é 30 de junho de 2015. Os estudos deverão ser apresentados pelas empresas em até 90 dias corridos, contados da data da publicação do termo de autorização.

Tabela 8 – Editais de PMIs de aeroportos publicados em 10 de junho de 2015

Edital SAC	Aeroportos internacionais	Valores máximos a serem ressarcidos (opção que for menor)
01/2015	<ul style="list-style-type: none">Porto Alegre/RS (Salgado Filho)Salvador/BA (Luís Eduardo Magalhães)Florianópolis/SC (Hercílio Luz)Fortaleza/CE (Pinto Martins)	<p>2,5% do valor do investimento estimado para o empreendimento, de acordo com o resultado dos estudos ou:</p> <ul style="list-style-type: none">Porto Alegre: R\$ 9.444.000,00Salvador: R\$ 12.592.000,00Florianópolis: R\$ 9.444.000,00Fortaleza: R\$ 9.444.000,00

Fonte: Seae/MF

- Em 6 de maio o TCU autorizou a publicação dos leilões de terminais portuários do bloco 1, localizados no Porto de Santos e em portos do Pará.
- Em 6 de maio a ANP anunciou que a 13ª Rodada de Licitações, prevista para 7 de outubro, vai oferecer 269 blocos em 22 setores de 10 bacias sedimentares, num total de 125.126 km² localizados em dez Estados brasileiros.
- O Ministério dos Transportes publicou no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2015, 11 editais de chamamento público para PMIs de rodovias (tabela 9). O dia 10 de julho de 2015 será a data limite para o recebimento dos requerimentos das empresas interessadas em fazer os estudos. Os estudos deverão ser apresentados pelas empresas em até 180 dias corridos, contados da publicação da autorização dada ao último interessado.

Tabela 9 – Editais de PMIs de rodovias publicados em 10 de junho de 2015

Editais MT	Trechos rodoviários	Valores máximos a serem ressarcidos (opção que for menor)
01/2015	BR-101/BA	2,5% do valor do investimento estimado para o empreendimento ou R\$ 2.731.570,00, com data base em janeiro de 2015
02/2015	BR-101/SC	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 3.004.727,00
03/2015	BR-262/MS	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 4.463.385,00
04/2015	BR-267/MS	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 3.404.902,00
05/2015	BR-280/SC	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 4.187.496,00
06/2015	BR-364/MT/RO	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 11.012.324,00
07/2015	BR-101/PE; novo Arco Metropolitano de Recife; BR-232/PE	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 7.709.856,00
08/2015	BR-262/ES/MG; BR-381/MG	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 4.171.107,39
09/2015	BR-470/SC; BR-282/SC	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 6.215.687,00
10/2015	BR-101/RJ/SP; BR-465/RJ; BR-493/RJ	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 4.874.486,00
11/2015	BR-101/RS; BR-116/RS; BR-290/RS; BR-386/RS	2,5% do valor do investimento estimado ou R\$ 7.939.308,21

Fonte: Seae/MF

Glossário

ANA	Agência Nacional de Aviação Civil
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Anbima	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
MF	Ministério da Fazenda
MT	Ministério dos Transportes
SAC	Secretaria de Aviação Civil
Seae	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEP	Secretaria de Portos
TCU	Tribunal de Contas da União

* Este boletim tem o objetivo de informar aos potenciais investidores sobre as oportunidades e condições dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

Fale conosco
seae@fazenda.gov.br

Elaboração
Secretaria de Acompanhamento Econômico -
Seae/MF

Projeto gráfico e diagramação
Equipe de Design do Gabinete do Ministro / ACS

- A SAC publicou no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2015, as portarias nº 16, 17 e 18, de 09 de junho de 2015, que confere a anuência desta para concessão de sete aeródromos públicos delegados:
 - Aeroporto Estadual Comandante Rolim Adolfo Amaro (SBJD), em Jundiaí/SP;
 - Aeroporto Estadual Antônio Ribeiro Nogueira Júnior (SDIM), em Itanhaém/SP;
 - Aeroporto Estadual Campo dos Amarais (SDAM), em Campinas/SP;
 - Aeroporto Estadual Arthur Siqueira (SBBP), em Bragança Paulista/SP;
 - Aeroporto Estadual Gastão Madeira (SDUB), em Ubatuba/SP;
 - Aeródromo Armando Américo Fachini (SDAA), em Araras/SP; e
 - Aeródromo Nelson Rodrigues Guimarães (SBCN), em Caldas Novas/GO.
- No dia 9 de junho de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.464, de 08 de junho de 2015, que altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, o qual passa a permitir que, nas licitações de concessão e de arrendamento de portos organizados e de instalações portuárias, sejam utilizados, de forma combinada ou isolada, os seguintes critérios para julgamento:
 - maior capacidade de movimentação;
 - menor tarifa;
 - menor tempo de movimentação de carga;
 - maior valor de investimento;
 - menor contraprestação do poder concedente;
 - melhor proposta técnica, conforme critérios objetivos estabelecidos pelo poder concedente; ou
 - maior valor de outorga.
- O Decreto nº 8.464/2015 também explicita que o poder concedente poderá autorizar, mediante requerimento do arrendatário, na forma do regulamento, expansão da área arrendada para área contígua dentro da poligonal do porto organizado. Isso será permitido sempre que a medida trouxer comprovadamente eficiência na operação portuária e somente quando comprovada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica de realização de licitação de novo arrendamento.
- A nova concessionária da Ponte Rio-Niterói, a EcoPonte, empresa integrante do grupo EcoRodovias, assumiu as operações da concessão no dia 1º de junho. O contrato de concessão – assinado no dia 18 de maio e cujo leilão foi realizado no dia 18 de março – prevê a exploração da concessão por 30 anos e a realização de investimentos para melhorias na via, pela EcoPonte, na ordem de R\$ 1,3 bilhão.